

**DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POBREZA URBANA EM FEIRA  
DE SANTANA NA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL**

**JOSÉ CAETANO DE JESUS FILHO**

Doutorando em  
Economia pela UFBA;

Mestre em  
Planejamento Territorial  
pela UEFS.

## DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POBREZA URBANA EM FEIRA DE SANTANA NA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL

José Caetano de Jesus Filho\*

**RESUMO** – Diante dos processos de transformação da economia brasileira, em especial as políticas que visavam a industrialização a partir da década de 1930, e mais intensamente a partir da década de 1950, emerge como problemática no país a questão da pobreza urbana. Já nos anos de 1970 as políticas de integração comercial e desconcentração produtiva fizeram com que avançasse sobre o território nacional a dinâmica de produção tipicamente capitalista, ampliando a rede urbana nos estados que passaram por uma industrialização mais tardia. Soma-se a isso as políticas de desenvolvimento regional, que impulsionaram o crescimento de cidades médias. Nesse cenário, Feira de Santana passou por um processo acelerado de crescimento econômico e populacional, acarretando a constituição de um cenário urbano carregado de contradições. Diante desse processo, o presente trabalho trata da temática da Pobreza Urbana em Feira de Santana, com o objetivo de compreender melhor suas características e analisar sua distribuição na área urbana do município. Para tanto, foi utilizado o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) com agregação dos dados no âmbito dos setores censitários, possibilitando a observação dos contrastes da pobreza no interior dos bairros e no conjunto da área urbana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pobreza; Índice de Pobreza Multidimensional; Feira de Santana.

---

\* Doutorando em Economia pela UFBA. Mestre em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: [caetanoeconomia@gmail.com](mailto:caetanoeconomia@gmail.com).

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho aborda a problemática da pobreza urbana em Feira de Santana a partir da perspectiva multidimensional, a qual considera a pobreza como um fenômeno caracterizado por um conjunto de privações que se somam ao aspecto da renda. Dessa maneira, o objetivo proposto é de analisar como o conjunto de privações que compõem essa multidimensionalidade da pobreza se distribuem espacialmente na cidade, considerando os resultados iniciais obtidos que possibilitam o aprofundamento da análise sobre essa temática em Feira de Santana, ou mesmo, que podem servir como parte de um diagnóstico mais amplo para a formulação de políticas públicas.

Para realizar a análise proposta, foi aplicado o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) calculado a partir de três dimensões (saneamento, condição social do responsável pelo domicílio e educação), as quais foram compostas por sete indicadores base. Os dados utilizados foram extraídos do censo demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a agregação para a composição do IPM se deu no nível dos setores censitários.

O texto, além desta introdução, conta com três seções, seguidas das considerações finais. A primeira seção, denominada “O fenômeno da pobreza e sua análise”, apresenta alguns elementos sobre a temática da pobreza no tocante à sua conceituação, esboçando rapidamente algumas formas de abordagens e delimitando o referencial que subsidia a ideia da multidimensionalidade aqui aplicada. Além disso, nesse tópico são apresentados aspectos gerais sobre a escolha do IPM para realizar essa análise e os procedimentos metodológicos adotados para a sua aplicação.

A segunda seção, “Crescimento e pobreza em Feira de Santana”, busca contextualizar o processo de inserção de Feira de Santana na dinâmica produtiva nacional, associando alguns dos desdobramentos do processo de expansão da cidade à configuração da distribuição espacial da pobreza. Nesse tópico são apresentados ainda alguns elementos sobre a divisão administrativa do município, referentes ao ano de coleta dos dados.

Na terceira e última seção, intitulada “Atlas da pobreza em Feira de Santana: análise do indicador multidimensional (IPM)”, são apresentados os resultados obtidos com a aplicação dos diferentes indicadores base e do IPM. A partir da descrição dos resultados são apontados alguns elementos analíticos sobre a distribuição espacial em Feira de Santana.

## O FENÔMENO DA POBREZA E SUA ANÁLISE

A pobreza é um fenômeno observável nas diferentes formas de organização social, no entanto, seus condicionantes e a sua forma de manifestação se alteram à medida que as relações econômicas, políticas e sociais vão se modificando. Considerando o contexto das relações capitalistas de produção, é possível observar diferentes arranjos que viabilizam o processo de reprodução do capital, os quais se alteram no compasso do desenvolvimento das forças produtivas e da correlação de forças entre as classes sociais. Desse modo, apesar da pobreza apresentar aspectos similares nas diferentes partes do mundo, ela também resguarda especificidades, as quais se relacionam com os processos específicos de desenvolvimento e, em especial, da atuação do Estado em cada uma dessas realidades.

Em sintonia com essas transformações no processo de reprodução capitalista, as abordagens analíticas sobre a pobreza também sofreram alterações, passando a cumprir um papel importante na compreensão dessa realidade de forma a auxiliar na elaboração de políticas por parte do Estado. Como decorrência surgem novas categorias de análise da pobreza a partir do século XX, as quais apresentam contornos mais “operacionais”, partindo das formulações teóricas existentes até então para uma perspectiva mais aplicada no âmbito das políticas públicas.

A princípio, as abordagens sobre a mensuração da pobreza centraram esforços na ideia de criação de uma linha de pobreza, o que torna possível identificar quem se enquadraria ou não nessa condição. Essa perspectiva foi abordada a partir de duas visões, a da pobreza absoluta, que parte da constituição de parâmetros mínimos para a reprodução humana como condição básica para a mensuração, utilizando os nutrientes mínimos para a reprodução biológica como critério e convertendo isso em valor monetário, expresso a partir da renda. Já a perspectiva relativa da pobreza parte da ideia de que esta existe em função da riqueza e que deve ser considerada a partir dos parâmetros dessa relação, se configurando, dessa forma, numa análise baseada nas desigualdades.

No processo de agregação das dimensões que compõem a pobreza, serão utilizadas variáveis que expressam tanto a pobreza em termos relativos como em termos absolutos. No entanto, a abordagem do trabalho se diferencia da perspectiva que adota nutrientes mínimos como parâmetro, pois considera outros aspectos, para além dos biológicos, como fundamentais para o desenvolvimento humano, os quais serão apresentados mais adiante.

Outro elemento de diferenciação nas análises sobre pobreza diz respeito ao caráter unidimensional ou multidimensional da abordagem. No período posterior à Segunda Guerra

Mundial, os debates sobre desenvolvimento e pobreza ganharam maior espaço, tanto no campo teórico como no âmbito de aplicação de políticas por parte do Estado. Nesse contexto, emerge a necessidade de tornar ainda mais operacionais os estudos sobre essas questões, transformando as “formulações conceituais” em instrumentos de diagnóstico, mensuração e avaliação de impactos das políticas voltadas ao desenvolvimento. A visão predominante acerca da pobreza naquele período, e que está presente até os dias atuais, partiam da perspectiva unidimensional, considerando, na maioria das vezes, a renda como o critério básico para a mensuração dessa condição.

Já naquele período, e com maior força a partir da década de 1980, essa perspectiva passou a ser criticada, em especial por reduzir a condição de pobreza ao aspecto da renda. A influência das teorias do desenvolvimento que questionavam a associação direta entre crescimento econômico, melhoria na qualidade de vida e redução da pobreza, trouxe para o debate teórico uma interpretação que associa a ideia da pobreza a um conjunto de dimensões que são essenciais para a reprodução da sociedade e para a realização humana.

O economista indiano Amartya Sen (1999) se destaca por ter desenvolvido o principal conceito que dá suporte às análises multidimensionais da pobreza, que é a abordagem das capacitações. Essa noção inova por compreender a pobreza de maneira multifacetada, possibilitando sua interpretação a partir de aspectos como saúde, educação, moradia, trabalho, dentre outras dimensões relevantes, considerando a condição de pobreza como privação dessas e outras questões que são fundamentais à realização humana. Apesar de Sen (1999) defender que a pobreza não pode ser mensurada, se destaca nessa formulação o aspecto da aplicabilidade do conceito, tendo em vista que a compreensão da pobreza a partir de diversas dimensões permite a formatação de instrumentos de mensuração e comparação entre diferentes realidades, de um modo a identificar privações mais específicas que se associam a uma renda baixa.

Partindo dessas formulações, cabe apresentar algumas orientações metodológicas que serviram como base para a elaboração do indicador aqui utilizado. A criação de instrumentos que buscam expressar as condições de vida da população urbana tem se tornado usual por órgãos de gestão pública, com o intuito de contribuir para o diagnóstico, planejamento e gestão de políticas e para oferta dos diferentes serviços, além disso, o estudo sobre tais instrumentos de mensuração tem ganhado espaço nas agendas de pesquisa nas universidades, elemento que contribuiu significativamente para o desenvolvimento desse trabalho, pois, com a difusão dessas formulações, se ampliaram as possibilidades metodológicas.

A aplicação desses indicadores se diferencia a depender dos aspectos que se quer observar da realidade, sendo comum a utilização de diferentes metodologias e conceitos que dão subsídio a tais formulações. Dessa forma, antes de apresentar os procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa cabem algumas considerações a respeito do uso desses indicadores para análise do espaço intra-urbano, retomando experiências implementadas por órgãos públicos e análises feitas em estudos acadêmicos que serviram como inspiração para as diretrizes metodológicas aqui adotadas.

Segundo Nahas (2009), três experiências de criação de sistemas de indicadores intra-urbanos em grandes cidades brasileiras se destacam. Em Curitiba (PR) é calculado, desde 1987, o Índice Sintético de Satisfação da Qualidade de Vida (ISSQV), formulado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), o qual tem vínculo com a administração pública municipal. Esse índice é composto por dados georreferenciados dos 75 bairros da cidade e expressa o acesso à habitação, saúde, educação e transporte (NAHAS, 2009).

Em São Paulo (SP) foi criado o Índice de Exclusão Social (IEx), o qual deu origem ao mapa da exclusão/inclusão, elaborado pela primeira vez em 1996. Nesse caso, os indicadores foram georreferenciados a partir dos 96 distritos administrativos, visando dimensionar o grau de exclusão de acesso a quatro variáveis temáticas que são autonomia, desenvolvimento humano, qualidade de vida e equidade (NAHAS, 2009).

Além dessas experiências, destaca-se a de Belo Horizonte (MG), apontada como a mais consistente e utilizada como referência para os debates metodológicos de construção de indicadores em outros municípios. Nesse caso, foram criados dois índices: Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) e Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), criados pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em parceria com pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Esses índices cumprem papéis diferentes no dimensionamento da qualidade de vida urbana. O primeiro busca analisar a distribuição espacial dos serviços e o segundo é composto por variáveis de acesso a esses serviços. Os dois índices são georreferenciados a partir das 81 Unidades de Planejamento (UP).

A partir da análise dessas experiências é que foram construídas as diretrizes metodológicas aqui utilizadas. Cabe salientar que, para os ajustes metodológicos, em especial os que dizem respeito às dimensões utilizadas e aos indicadores base de cada uma delas, foi tomada, como referência inicial, a proposta adotada por Borges (2003), que

trabalha com a base de dados georreferenciada por setores censitários para a elaboração do *Mapa da Pobreza de Curitiba* e teve como referência para a base de cálculo o indicador construído pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

A tendência recente no Brasil é o uso dos setores censitários como unidade de agregação dos dados, mesmo não atendendo estritamente ao critério de homogeneidade, a utilização dessas unidades permite um bom resultado, tendo em vista que, na maioria das vezes, os setores são unidades pequenas, o que diminui a distorção estatística na agregação dos dados. Além disso, a utilização dos setores censitários permite a agregação em unidades maiores como bairro e município, possibilitando a comparação nas diferentes escalas.

No processo de agregação para se chegar aos indicadores base, foram utilizadas diversas variáveis disponíveis no banco de dados do Censo 2010 do IBGE. A composição do índice conta com sete indicadores, organizados em três dimensões para a mensuração da pobreza multidimensional, são estas as dimensões de *saneamento*, *condição social do responsável pelo domicílio e educação*, compostas pelos indicadores base expressos no Quadro 1.

**Quadro 1:** Dimensões e indicadores base que compõem o IPM

DIMENSÕES	INDICADOR BASE	COD.
Saneamento	Domicílio sem abastecimento de água por rede geral	SAN1
	Domicílio sem esgotamento sanitário por rede geral	SAN1
	Domicílio sem coleta domiciliar de lixo	SAN3
Condição social do responsável pelo domicílio	Responsável pelo domicílio renda mensal de até 1 salário mínimo	SOC1
	Responsável pelos domicílios não alfabetizados	SOC2
Educação	Crianças não alfabetizadas	EDU1
	Adultos não alfabetizados	EDU2

A primeira dimensão, que diz respeito ao saneamento, se constitui a partir dos dados de abastecimento de água, do acesso a rede de esgoto e coleta de lixo. No caso do indicador de *domicílios sem abastecimento de água por rede geral* (SAN1), foram considerados como não privados desse serviço, todos os domicílios que têm acesso à água via rede geral. Para o indicador de *domicílio sem esgotamento por rede geral* (SAN2), se considera como não privados apenas os domicílios com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial. Já a composição do terceiro indicador da dimensão saneamento, que diz respeito aos *domicílios sem coleta domiciliar de lixo* (SAN3), foram considerados como não privados apenas os domicílios com lixo coletado por serviço de limpeza.

A dimensão que considera a condição social do responsável pelo domicílio foi composta por dois indicadores base, um referente à renda do chefe da família e a outra que considera se o chefe da família é alfabetizado. No caso do indicador de *responsável pelo domicílio com renda mensal de até 1 salário mínimo* (SOC1), foram considerados privados chefes de famílias que ganham até 1 salário mínimo, quem ganha acima disso foi considerado não privado. Quanto ao indicador de *responsáveis pelo domicílio não alfabetizados* (SOC2) foram considerados privados todos os responsáveis pelo domicílio não alfabetizado.

Por fim, a dimensão de educação foi analisada a partir da proporção de crianças e adultos não alfabetizados. Para a mensuração do índice de *crianças não alfabetizadas* (EDU1) foram consideradas pessoas não alfabetizadas entre 10 e 15 anos como privadas. Para o segundo indicador, *adultos não alfabetizados* (EDU2), foram consideradas privadas as pessoas não alfabetizadas entre 16 e 60 anos.

Após o cálculo dos indicadores base, foi calculado o IPM, que é a agregação dos sete indicadores base num só índice, com ponderação igual para todos os indicadores base, buscando compreender como se expressa o conjunto de privações para cada setor censitário de maneira agregada. Em todos os indicadores base e no indicador agregado, o valor do índice varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior será a proporção de privações, quanto mais próximo de 0, menor a proporção de privações. A partir dos resultados, foram elaborados mapas temáticos que têm como objetivo facilitar a visualização e interpretação da distribuição espacial da pobreza nos diferentes setores censitários do município.

## **CRESCIMENTO E POBREZA EM FEIRA DE SANTANA**

A lógica desigual da acumulação capitalista se expressa de diferentes maneiras, uma delas é na distribuição territorial da produção, tanto no cenário internacional quanto dentro dos próprios países. No Brasil, esse processo acabou favorecendo o crescimento e concentração desse setor sob controle dos segmentos dominantes das regiões Sudeste e Sul do país. A necessidade de uma maior integração econômica no âmbito nacional, visando a expansão do capital produtivo instalado no sudeste, impulsionou a ação do Estado nas diferentes escalas, em especial no pós Segunda Guerra, de maneira a garantir o processo de desconcentração, inserindo outras regiões do país na dinâmica produtiva industrial e intensificando a articulação econômica a nível nacional.

principal núcleo industrial do país, especialmente pela expansão do volume de exportação do café, que, mesmo com a queda dos preços no mercado internacional, possibilitou a geração de excedente suficiente para viabilizar a diversificação estrutural observada até os anos de 1920. Posteriormente, com a intervenção mais sistemática do Estado na condução da política industrial, a partir de 1930, esse capital foi o responsável pela construção do parque industrial nacional, consolidando a hegemonia do capital industrial paulistano no país. (CRUZ, 1999).

No bojo dessas transformações da economia brasileira, a Bahia teve participação oscilante na proporção da produção nacional e na importância política, considerando que Salvador, além de ter sido capital da colônia até meados do século XVIII, se constituiu como um dos principais aglomerados urbanos até o início do século XX. A partir desse período, no qual as inversões produtivas se concentram no sul e sudeste do país, a Bahia passou a assumir papel “secundário” na produção nacional e só veio passar por uma reestruturação no âmbito produtivo a partir da década de 1950 e, mais intensamente, em 1970.

No percurso, a construção de uma diferença fundamental: enquanto Salvador [...] era o epicentro do Brasil Colonial, ponte principal entre a produção do excedente e sua apropriação pela metrópole, hoje e desde há muito ela ou ele – a Bahia ou Salvador – é periferia do sistema capitalista no Brasil. Entretanto, desde alguns anos, num processo que tem seu ponto de inflexão para cima há uns vinte anos, Salvador vem experimentando uma aceleração de crescimento econômico, ou, mais precisamente, é um novo espaço da expansão capitalista no Brasil, na forma da integração do Nordeste aos novos padrões da acumulação capitalista. (OLIVEIRA, F., 1980, p.9).

Devido ao processo de industrialização observado na região sudeste, a intervenção do Estado a partir dos anos 30 do século XX e a ampliação dos debates sobre essa questão no âmbito internacional, a temática do desenvolvimento ganhou espaço nas formulações sobre a Bahia, impulsionando a criação, já em meados da década de 1950, dos primeiros instrumentos voltados ao desenvolvimento por parte do Estado, a exemplo do Conselho de Desenvolvimento Econômico da Bahia (CONDEB) e da Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (CPE), presidida por Rômulo Almeida.

No final da década de 1960, foi apresentado o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB), que apontava um conjunto de proposições no sentido de garantir uma inserção complementar da indústria baiana no cenário nacional a partir da produção de bens intermediários. Com o golpe civil-militar de 1964 as formulações para o planejamento e implementação da política de desenvolvimento sofreram forte influência das orientações em âmbito nacional, em especial no tocante à política industrial.

O PLANDEB foi o responsável pela estratégia da “desconcentração concentrada” que preconizava a industrialização da Bahia mediante a sua inserção no projeto nacional de desenvolvimento. Em sua concepção, seriam atraídas para o estado grandes empresas produtoras de bens intermediários que seriam as polarizadoras do desenvolvimento industrial o qual ocorreria nos distritos industriais criados para abrigá-las, juntamente com as empresas produtoras de bens finais (grandes geradoras de empregos diretos e indiretos) que se instalariam à jusante. É de se destacar, contudo, que o PLANDEB constituiu um trabalho de grande abrangência, propondo projetos que integrariam de forma sistêmica os setores agrícola, industrial e comercial, objetivando o desenvolvimento equilibrado da economia baiana. Muitos dos seus projetos setoriais não saíram do papel. Outros foram executados com o correr dos anos, até a década de 80. A proposta que teve implementação destacada foi, justamente, a que se referia à implantação da grande indústria produtora de intermediários, representada pela química/petroquímica e por algumas unidades siderúrgicas/metalúrgicas. (SPINOLA, 2001, p.35).

Entre os acontecimentos que marcaram o processo de inserção da economia baiana na dinâmica produtiva nacional durante o período de industrialização, destacam-se a descoberta de petróleo e sua prospecção ainda na década de 1950; a construção da BR – 116 em 1949, que em 1962 foi asfaltada; a inauguração da usina hidroelétrica de Paulo Afonso em suas duas etapas (1955 e 1961); além da institucionalização da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) e dos incentivos fiscais e creditícios oferecidos nos âmbitos estadual e federal. Soma-se a isso a implementação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) e do Complexo Industrial de Aratu (CIA) (CRUZ, 1999).

O processo de desconcentração produtiva nacional acabou por incorporar Feira de Santana nessa dinâmica, tendo o Estado como principal agente dessa transformação. Destacam-se como condicionantes para essa integração: a criação da BR-116, que atravessa a cidade, permitindo uma maior circulação de mercadorias, principalmente na ligação entre o norte e sul do país; a pavimentação da BR-324, no trecho que liga Feira de Santana a Salvador; por fim, a criação, no início da década de 1970, do Centro Industrial Subaé (CIS), área destinada à implantação de indústrias, dotada de isenções fiscais e estímulos a partir da garantia de infraestrutura e crédito.

Além dos aspectos econômicos e de infraestrutura já mencionados, cabe salientar a importância das articulações políticas entre os segmentos industriais locais e a perspectiva de desenvolvimento hegemônica a nível nacional. Esse tema foi abordado por Monteiro (2009), em estudo que acompanha a trajetória de articulação entre os segmentos industriais locais e a dinâmica nacional de desconcentração produtiva entre as décadas de 1960 e 1980.

No entanto, esse aspecto, embora relevante para afirmação do CIFS (Centro das Indústrias de Feira de Santana) enquanto principal entidade corporativa de defesa dos industriais locais, por si só não explicou o papel de intenso protagonismo de seus dirigentes na condução do projeto industrializante que marcou a segunda

metade da década de 1960 e primeira metade da década de 1970. O elemento dinamizador da função do CIFS na construção dos novos caminhos pretendidos para Feira de Santana foram seus vínculos extra-locais que, ao sincronizar seus movimentos com a fração industrial regional, propiciaram o engajamento do CIFS em uma atividade mais ampla que a defesa restrita dos interesses da indústria. A partir dessa vinculação foi possível observar o “ponto de injunção” concreto que soldou a aliança desses grupos dominantes locais com o bloco no poder nacional. (MONTEIRO, 2009, p. 169)

Esse aspecto é relevante por demonstrar que a ação do Estado, articulada nos diferentes âmbitos e esferas, foi fundamental para a viabilização do projeto de “modernização” de Feira de Santana, em consonância com as transformações na dinâmica nacional.

Esse resgate permite compreender as transformações que ocorreram nas últimas três décadas do século passado no município de Feira de Santana. Foi a partir dessas transformações na dinâmica econômica nacional e regional que se intensificou o crescimento da cidade em termos demográficos e da própria importância econômica nos âmbitos regional e nacional. Consequentemente, essas mudanças condicionaram a realidade do período mais recente, abordado nesse trabalho.

No estudo realizado por Cruz (1999), em que analisa a inserção de Feira de Santana na dinâmica produtiva nacional, fica evidente a grande transformação do espaço urbano de Feira de Santana, intensificado a partir da década de 1960 e que se estende até meados da década de 1990, passando pelo período de implementação do Centro Industrial.

Em 1960, o censo demográfico registrava uma concentração demográfica na sede, isto é, na cidade de Feira de Santana, de 43,5% da população total do município. Outros 5,8% distribuíam-se pelos demais (sete) distritos. Em 1970, 2/3 da população municipal residiam na sede. Em 1996, a população urbana residente na sede era de 85% da população total do município (383.873 habitantes). Isso significou um acréscimo, em trinta e seis anos, de quase 314 mil habitantes (522%, média geométrica anual de 5,2%) no espaço da cidade. (CRUZ, 1999, p. 280).

Observando a trajetória histórica de crescimento populacional da cidade e sua proporção na população total residente no município, percebe-se que o espaço urbano foi, e continua sendo, mesmo que em menor proporção, o principal vetor desse crescimento, chegando a taxas de mais de 100% de crescimento da área urbana a cada dez anos, mesmo antes da implementação do Centro Industrial.

O ritmo mais acelerado de crescimento populacional na cidade de Feira de Santana foi registrado até o censo de 1991 (Tabela 1). Nesse intervalo, observam-se taxas de crescimento de 74,35% (1940/1950), 103,88% (1950/1960), 88,48% (1960/1970), 77,58%

(1970/1980) e 49,20% (1980/1991). Mesmo com taxas menores nas duas décadas posteriores, a proporção da população urbana continuou aumentando com taxas de 23,71% (1991/2000) e 18,28% (2000/2010). Por outro lado, houve uma queda na população rural, destacando-se as taxas de -22,68% (1960/1970) e num período mais recente a taxa de -13,46% (1991/2000) e -6,53% (2000/2010).

**Tabela 1** - População urbana, rural e taxas de crescimento em Feira de Santana, 1940-2010

Anos	População residente					
	Total	(%) de variação	População Urbana	(%) de variação	População Rural	(%) de variação
1940	<b>83.268</b>	-	19.660	-	63.608	-
1950	<b>107.205</b>	28,75	34.277	74,35	72.928	14,65
1960	<b>141.757</b>	32,23	69.884	103,88	71.873	-1,44
1970	<b>187.290</b>	32,12	131.720	88,48	55.570	-22,68
1980	<b>291.504</b>	55,65	233.905	77,58	57.599	3,65
1991	<b>406.447</b>	39,43	348.973	49,20	56.875	-1,26
2000	<b>480.949</b>	18,33	431.730	23,71	49.219	-13,46
2010	<b>556.642</b>	15,74	510.637	18,28	46.007	-6,53

Fonte: IBGE – Censo demográfico

Esse crescimento acelerado resultou num processo de ocupação desordenada do solo urbano, numa cidade repleta de bairros que são oriundos de ocupações, popularmente chamadas de “invasões”. Isso se intensificou com as políticas de construção de conjuntos de habitação popular desde a década de 1970, os quais se localizaram em lugares ainda afastados do núcleo urbano central, criando vazios que favoreceram a ação especulativa do capital imobiliário, elevando os preços dos imóveis e terrenos, o que acabou impulsionando o processo de periferização.

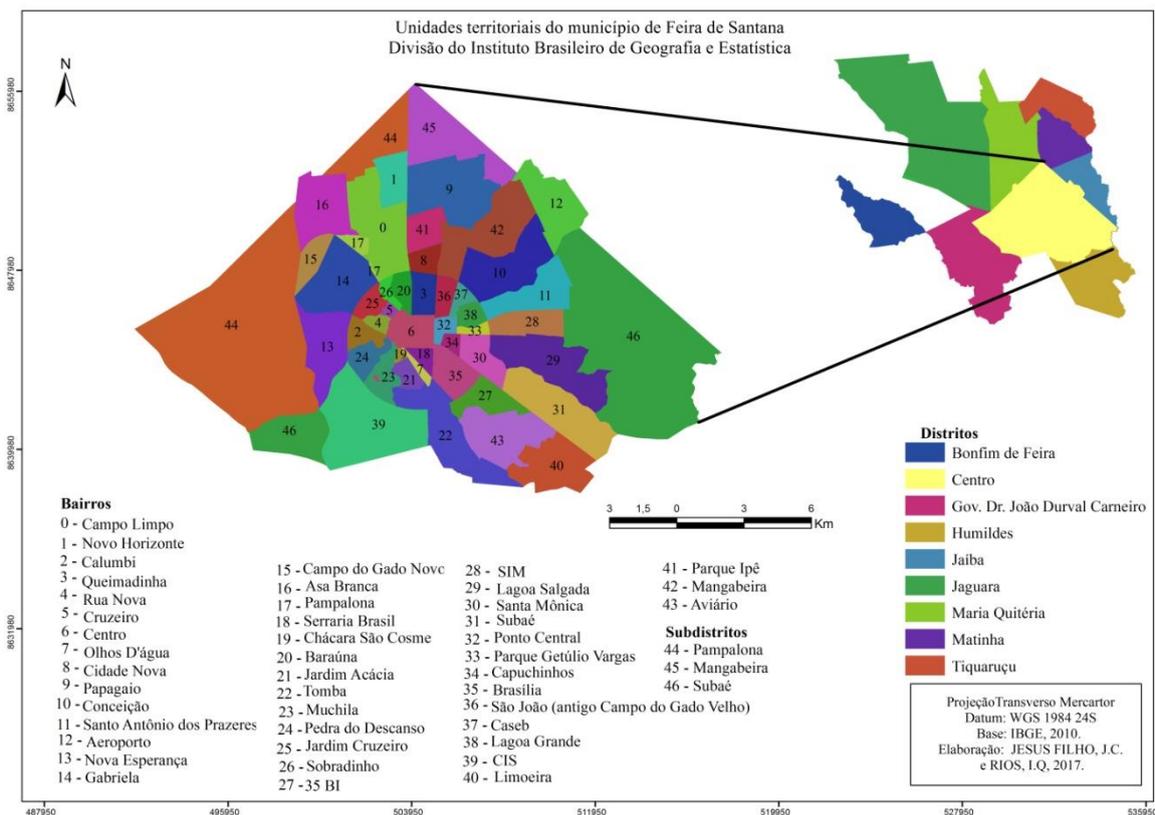
As transformações no espaço urbano de Feira de Santana não se encerraram com a virada do século. Mesmo que em menores proporções, a cidade continua aumentando o contingente populacional e, com isso, se mantém a dinâmica de especulação imobiliária e afastamento da população menos favorecida dos bairros centrais para outras regiões com condições precárias de moradia, educação, trabalho e negação de outros direitos, configurando um quadro de pobreza.

Tomando como referência a base cartográfica do IBGE utilizada no censo demográfico de 2010, o município está dividido em 44 bairros, sendo estes: 35° Bi, Aeroporto, Asa Branca, Aviário, Baraúna, Brasília, Calumbi, Campo Do Gado Novo,

Campo Limpo, Capuchinhos, CASEB, Centro, Chácara São Cosme, Cidade Nova, CIS, Conceição, Cruzeiro, Gabriela, Jardim Acácia, Jardim Cruzeiro, Lagoa Grande, Lagoa Salgada, Limoeiro, Mangabeira, Muchila, Nova Esperança, Novo Horizonte, Olhos D'água, Pampalona, Papagaio, Parque Getúlio Vargas, Parque Ipê, Pedra Do Descanso, Ponto Central, Queimadinha, Rua Nova, Santa Mônica, Santo Antônio Dos Prazeres, São João (Antigo Campo Do Gado Velho), Serraria Brasil, SIM, Sobradinho, Subaé e Tomba.

Além desses bairros, que estão localizados no distrito denominado como Centro (referente à área da sede do município) existem outros oito distritos, que são: Bonfim de Feira, Humildes, Governador Dr. João Durval Carneiro, Jaguará, Jaíba, Maria Quitéria, Matinha e Tiquaruçu. Esses distritos compõem, majoritariamente, a área rural do município, sendo a sede de cada um deles considerada como área urbana, segundo a base de dados do IBGE. A distribuição espacial dos bairros e distritos pode ser observada na Figura 1.

**Figura 1 – Unidades territoriais do município de Feira de Santana/BA**



Feira de Santana se apresenta como a segunda maior cidade do estado da Bahia em termos populacionais, com um total de 556.642 mil habitantes, menor apenas que Salvador, que tinha em 2010 uma população de 2.675.656. No âmbito nacional é a 34ª com maior população, sendo que do total da população residente 510.635 viviam na área urbana e 46.007 na área rural do município.

Do total de residentes no município, em 2010, 263.999 pessoas eram do sexo masculino e 292.643 do sexo feminino, o que representa uma razão por sexo de 90,2<sup>1</sup>, enquanto no Brasil esse valor era de 95,95, no Nordeste 95,35 e na Bahia de 96,35. Entre os anos de 2000 e 2010, Feira de Santana apresentou um crescimento populacional superior às médias estadual e nacional, registrando uma taxa de 1,47% ao ano, enquanto a Bahia cresceu 0,70% e o Brasil 1,18%. Nesse mesmo período a taxa de urbanização do município passou de 89,69% para 91,73%, enquanto no Nordeste era de 73,1% e na Bahia de 72,1%.

Em linhas gerais, esse é o cenário de aplicação do IPM em Feira de Santana, cabe agora aprofundar um pouco o olhar sobre a questão a partir da observação dos resultados obtidos.

## **ATLAS DA POBREZA EM FEIRA DE SANTANA**

### **DIMENSÃO DO SANEAMENTO**

O acesso aos serviços de saneamento foi incorporado ao cálculo do IPM por se tratar de uma das carências mais incidentes no cotidiano das pessoas que vivem em condições de pobreza. Em especial, a privação desses serviços tem um impacto nas condições de saúde da população que vive no entorno das áreas sem acesso a esgotamento, fornecimento de água e coleta de resíduos. São muitas as doenças que se proliferam a partir de vetores que se reproduzem devido a essas condições ou que tem a própria água como meio de transmissão. Segundo informações da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA):

Água de boa qualidade para o consumo humano e seu fornecimento contínuo asseguram a redução e controle de: diarreias, cólera, dengue, febre amarela, tracoma, hepatites, conjuntivites, poliomielite, escabioses, leptospirose, febre tifóide, esquistossomose e malária.

Coleta regular, acondicionamento e destino final adequado dos resíduos sólidos diminuem a incidência de casos de: peste, febre amarela, dengue, toxoplasmose, leishmaniose, cisticercose, salmonelose, teníase, leptospirose, cólera e febre tifóide.

Esgotamento sanitário adequado é fator que contribui para a eliminação de vetores da: malária, diarreias, verminoses, esquistossomose, cisticercose e teníase.

Melhorias sanitárias domiciliares estão diretamente relacionadas com a redução de: doença de Chagas, esquistossomose, diarreias, verminoses, escabioses, tracoma e conjuntivites. (FUNASA, s/d)

---

<sup>1</sup>Razão por sexo representa a quantidade de pessoas do sexo masculino para cada 100 pessoas do sexo feminino, no caso de Feira de Santana são 90,2 pessoas do sexo masculino para cada 100 do sexo feminino, conforme caracterização utilizada pelo IBGE.

No Brasil, mesmo assegurado pela Constituição e regulamentado pela Lei nº 11.445/2007, se apresentam índices muito baixos de acesso a saneamento. Segundo dados sistematizados pelo Instituto Trata Brasil, cerca de 35 milhões de pessoas no país não tem acesso ao serviço de água, o que representa 16,7% da população segundo dados de 2014. No caso do acesso a serviço de esgoto, de acordo com o Instituto Trata Brasil, apenas 50,3% da população tem acesso a esse serviço, ou seja, cerca de 100 milhões de pessoas sem esse direito garantido e apenas 42,67% do esgoto coletado é tratado. As Regiões Norte e Nordeste do país são as que apresentam piores índices de coleta e tratamento de esgoto. Na Bahia, segundo dados do Instituto Trata Brasil, cerca de 79,20% dos domicílios são atendidos por serviço de água por rede geral, e apenas 34,80% tem acesso ao serviço de esgoto e apenas 45,69% desse esgoto coletado é tratado.

Em Feira de Santana, a questão do saneamento também se apresenta como um aspecto que limita as condições de vida da população. Segundo dados do IBGE, na área urbana, apenas 57,3% dos domicílios são considerados do tipo adequado, 42,2% do tipo semi-adequado e 0,6% inadequado. Considerando todo o município, são de 53% adequados, 44% semi-adequados e 3% inadequados. Esses dados revelam que o acesso aos serviços de saneamento na cidade é precário, sendo que 47% da população sofre privação de pelo menos um desses serviços. Cabe observar como essas privações se distribuem espacialmente na área urbana do município.

### **Indicador base (PSAN1) - Domicílios sem acesso a água por rede geral**

Como pode ser observado na Figura 2, há um relativo grau de privação desse serviço, mesmo nos bairros que circundam a região central da cidade pela parte interna do anel de contorno<sup>2</sup>. Os setores que apresentam os índices de privação mais elevados compõem os bairros do Jardim Cruzeiro, Sobradinho, Baraúnas, São João (Antigo Campo do Gado Velho) e CASEB, além dos bairros Brasília, Santa Mônica e o próprio Centro.

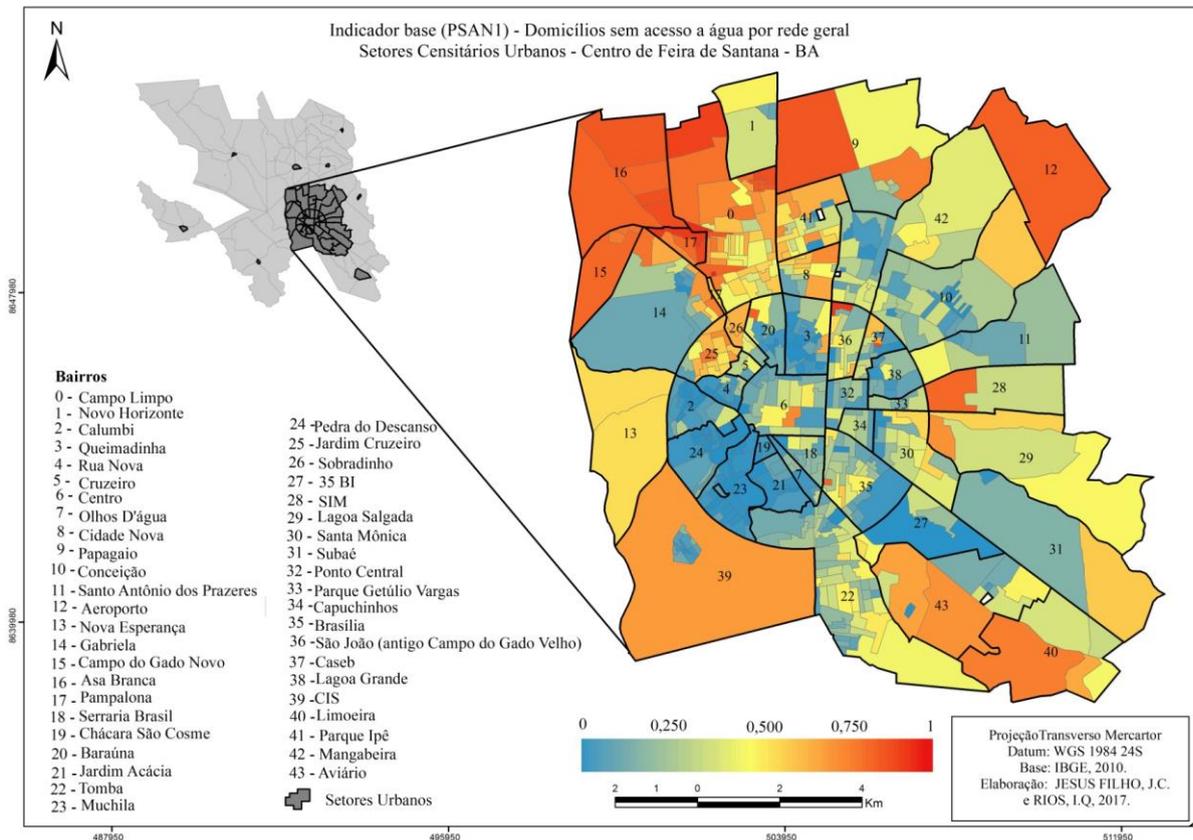
As áreas que ficam na parte externa ao anel de contorno apresentam um grau mais elevado na proporção de domicílios privados do acesso a água por rede geral. Destacam-se os bairros situados ao norte da cidade, como Campo do Gado Novo, Asa Branca, Pampalona, Campo Limpo, Novo Horizonte, Papagaio, Aeroporto, Parque Ipê e Cidade Nova. Os outros bairros da área norte, mesmo com algumas "manchas" que representam uma proporção menor, têm um contraste que indica privação, a exemplo de Gabriela,

---

<sup>2</sup>Anel viário que circunda a cidade, permitindo a ligação entre a BR-116 e a BR-324

Mangabeira e Conceição. Ainda referente à parte externa do anel de contorno, outros bairros apresentam índice elevado de privação, como é o caso do SIM, Lagoa Salgada, Aviário, Limoeiro, Nova Esperança e a região do Tomba que avança para a área externa ao anel de contorno.

**Figura 2 – Domicílios sem acesso a água por rede geral**

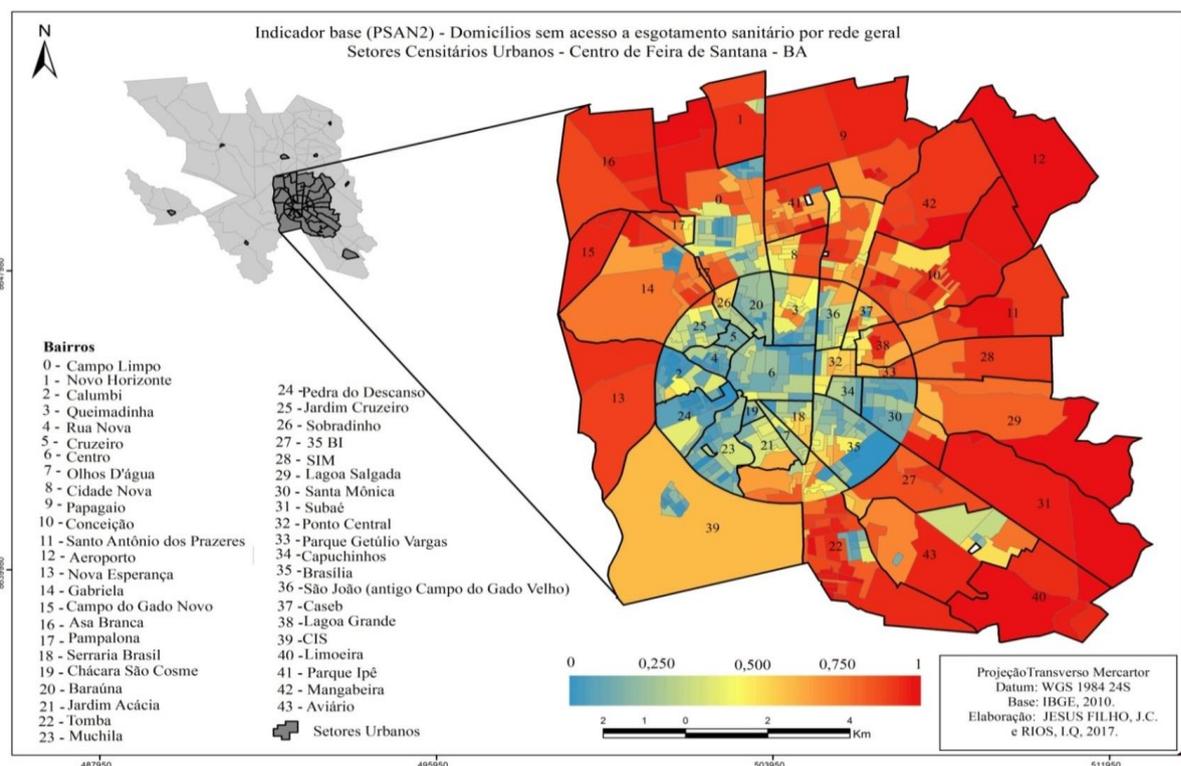


**Indicador base (PSAN2) - Domicílios sem acesso a esgotamento sanitário por rede geral**

Na área interna do anel, se destacam com maior intensidade os setores que compõem os bairros da Queimadinha, São João (antigo Campo do Gado Velho), CASEB, Lagoa Grande, Parque Getúlio Vargas e Ponto Central. Além desses, é possível identificar uma mancha de privação na área situada entre os bairros Serraria Brasil e Brasília. O bairro Tomba, na parte situada dentro do anel de contorno, também apresenta um grau elevado de privação, intensificando-se nos setores pertencentes ao bairro que ficam na área externa ao anel. Os setores que compõem os demais bairros, na parte interna do anel de contorno, têm contrastes menores, na medida em que os valores do PSAN2 se aproximam mais de 0.

São elevados os índices de privação do serviço de esgotamento sanitário nos setores censitários situados fora do Anel de Contorno. Em quase todos estes bairros, o índice se aproxima de 1: Campo do Gado Novo, Asa Branca, grande parte do Campo Limpo, Papagaio, Parque Ipê, Mangabeira, Conceição, Aeroporto, Santo Antônio dos Prazeres, SIM e Lagoa Salgada. Há, ainda, setores censitários pertencentes ao bairro Santa Mônica, localizados na parte externa do anel de contorno. Na área sul se destacam os resultados do 35BI, Aviário, Limoeiro, Nova Esperança e CIS com exceção dos setores que compõem o conjunto Viveiros.

**Figura 3 - Domicílios sem acesso a esgotamento sanitário por rede geral**

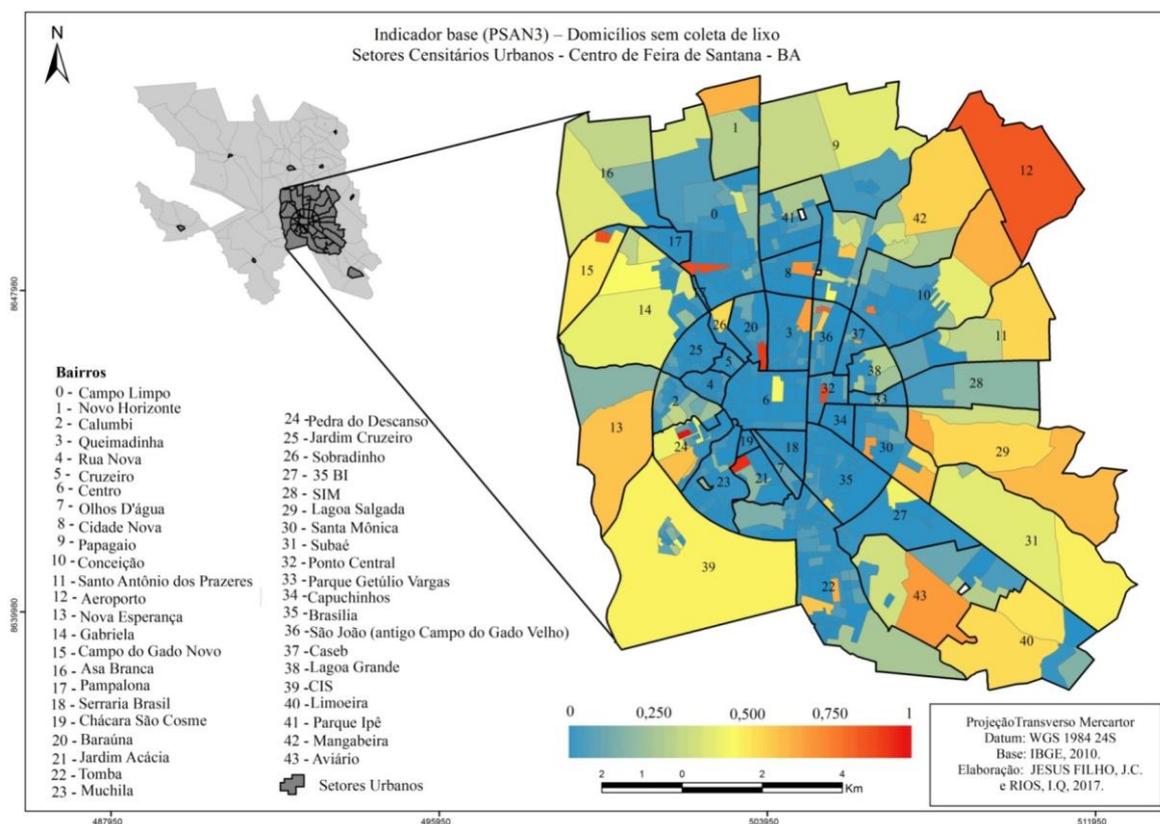


### Indicador base (PSAN3) – Domicílios sem coleta de lixo

Esse indicador expressa menor grau de privação, como pode ser observado na Figura 4, comparativamente aos outros indicadores base que compõem a dimensão de saneamento. Na área interna do anel de contorno grande parte dos setores apresentam um indicador próximo de zero, o que sinaliza baixa privação do acesso ao serviço de coleta de lixo. Mesmo assim, destacam-se alguns setores com maior privação nesta área – especificamente nos bairros Baraúnas, Queimadinha, São João, CASEB, Ponto Central, Santa Mônica, Jardim Acácia, Pedra do Descanso e em um setor censitário do bairro Centro.

A área situada na parte externa ao anel de contorno sofre, comparativamente, maior privação desse serviço. Os bairros situados ao Norte da cidade apresentam um índice baixo (ainda que maiores que os situados internamente ao anel de contorno) a exemplo de Cidade Nova, Parque Ipê e Pampalona, apresentando apenas algumas manchas em setores espaçados nesses bairros. Já os bairros de Novo Horizonte, Papagaio, Mangabeira, Asa Branca, Campo do Gado Novo e parte da Conceição e Santo Antônio dos Prazeres apresentam valores mais elevados. Na parte Sul externa ao anel, índices menores são observados no bairro do Tomba e 35 BI. Ao invés, os bairros do Aviário, Limoeiro, Subaé, Lagoa Salgada e Nova Esperança e CIS (com exceção ao conjunto Viveiros) apresentam um grau de privação mais elevado.

**Figura 4 - Domicílios sem coleta de lixo**



## DIMENSÃO DA CONDIÇÃO SOCIAL DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO

A dimensão da condição social do responsável pelo domicílio<sup>3</sup>, na composição do IPM, expressa os aspectos de renda e alfabetização das pessoas residentes reconhecidas com

<sup>3</sup> O IBGE usa a definição de responsável pelo domicílio “para a pessoa (homem ou mulher), de 10 anos ou mais de idade, reconhecida pelos moradores como responsável pela unidade domiciliar”.

esse papel na família. Segundo dados do IBGE, o total da população residente em Feira de Santana na condição de responsável pelo domicílio em 2010 era de 163.191 pessoas. Da população que se encontrava nessa condição na família (responsável pelo domicílio), 47.332 pessoas tinham responsabilidade compartilhada. Da população residente com responsabilidade compartilhada 29.075 pessoas eram do sexo masculino e 18.257 pessoas do sexo feminino. No total das pessoas responsáveis 91.952 pessoas eram do sexo masculino e 71.239 do sexo feminino.

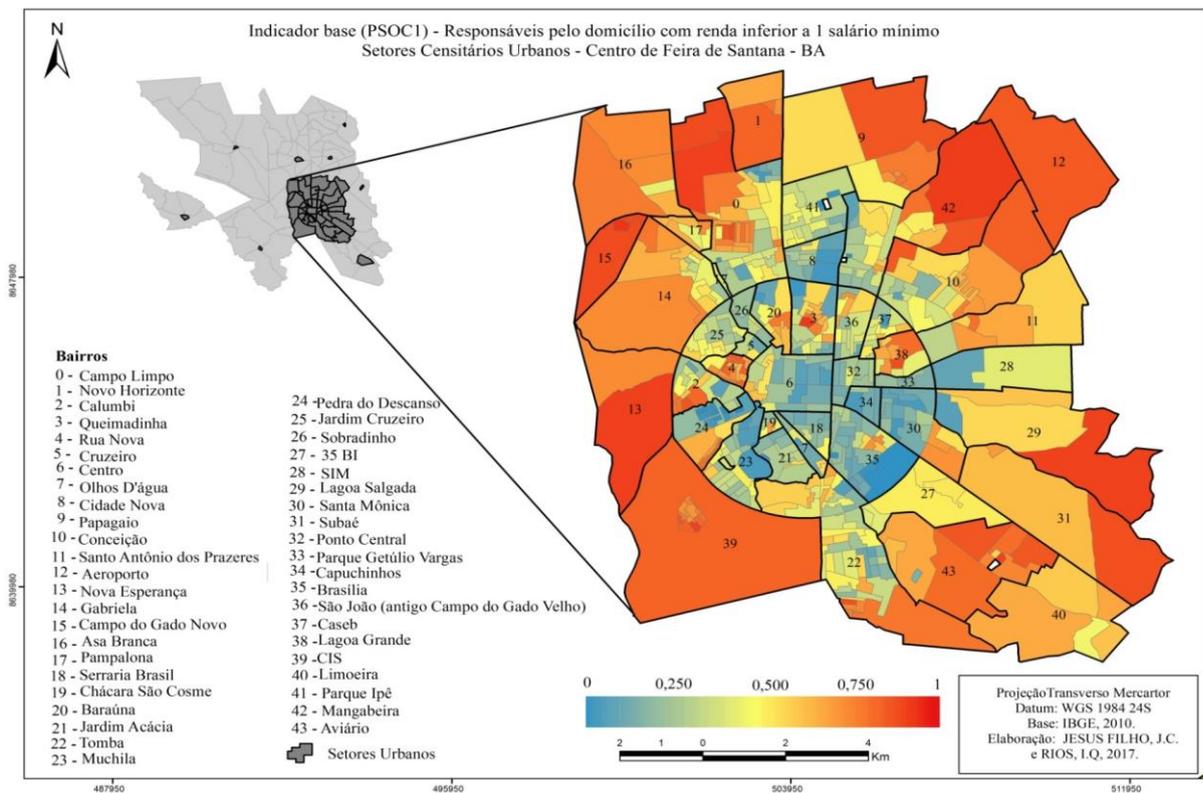
Essa dimensão expressa aspectos relevantes no processo de mensuração do IPM, tendo em vista que é a partir dela que se incorpora o indicador base costumeiramente utilizado nas análises unidimensionais, que é o indicador de renda. Além desse elemento, a condição social dos responsáveis considera se essa pessoa é alfabetizada ou não, questão fundamental para pensar a melhoria na qualidade de vida numa perspectiva de médio e longo prazo.

### **Indicador base (PSOC1) – Responsáveis pelo domicílio com renda igual ou inferior a 1 salário mínimo**

Ao observar Figura 5 é possível constatar que a parte interna do anel de contorno expressa um contraste, destacando-se os bairros Calumbi, Rua Nova, Baraúnas, Queimadinha, Mangabeira e Tomba. Outros bairros também expressam privação nesse indicador, mesmo que em menor quantidade e em setores censitários pontuais, como é o caso do Jardim Cruzeiro e Brasília.

A área que fica na parte externa ao anel de contorno tem índices mais elevados, a exemplo dos bairros Aeroporto, parte dos setores da Mangabeira, Papagaio, Conceição, Novo Horizonte, alguns setores do bairro Campo Limpo, Campo do Gado Novo, Gabriela, Nova Esperança, CIS, parte do bairro Lagoa Salgada e parte do bairro Subaé. Os demais bairros que ficam na parte externa ao anel de contorno expressam uma composição mais contrastada, mas que representam ainda um grau alto de privação, com exceção de alguns setores dos bairros Cidade Nova, Parque Ipê e SIM.

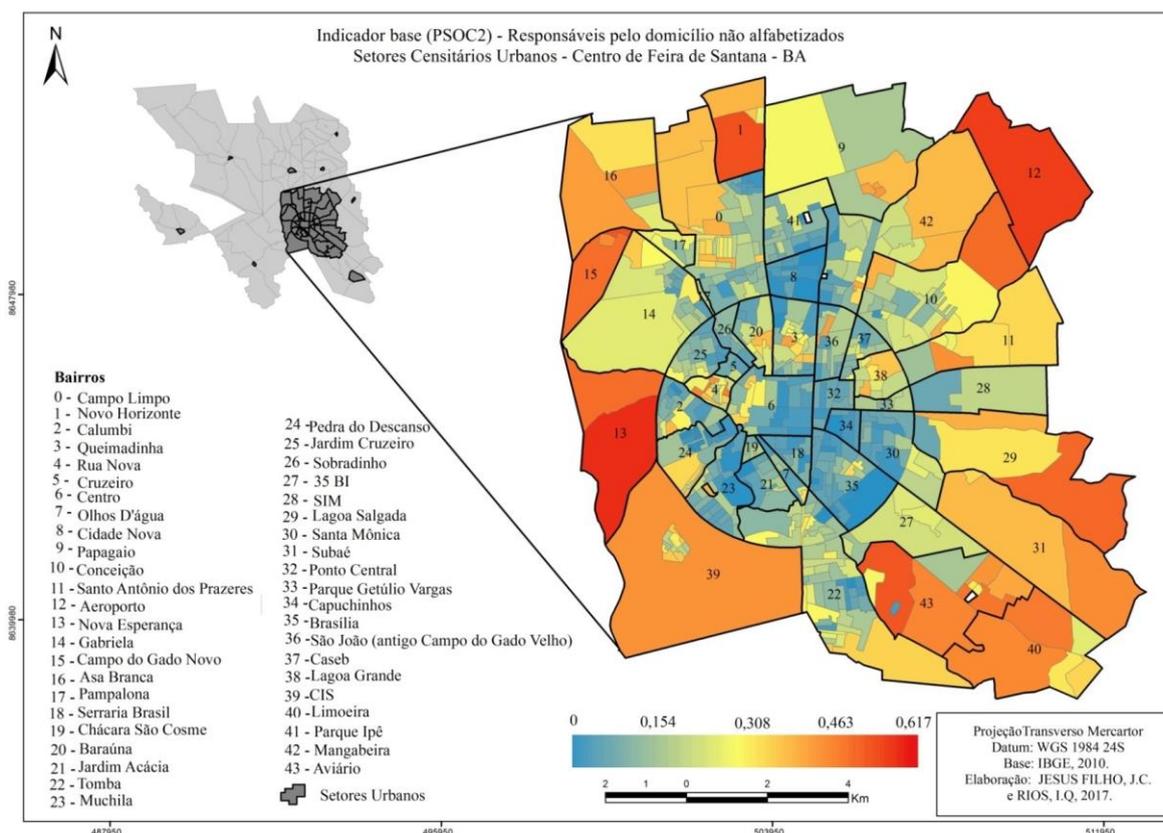
**Figura 5 - Responsáveis pelo domicílio com renda igual ou inferior a 1 salário mínimo**



**Indicador base (PSOC2) – Responsáveis pelo domicílio não alfabetizados**

O cenário apresentado por esse indicador (Figura 6) demonstra um contraste semelhante ao do indicador anterior. Entre os bairros situados na parte interna do anel de contorno, os que apresentam maior privação do indicador são Rua Nova, Baraúnas, Queimadinha, São João, Lagoa Grande, parte dos setores do bairro Pedra do Descanso e Calumbi. Além desses setores, se destacam alguns no bairro Centro, formando uma mancha de privação desse indicador.

Analisando os setores que compõem os bairros da parte externa do anel, destacam-se Campo do Gado Novo, Asa Branca, parte dos setores censitários do Campo Limpo, Novo Horizonte, Mangabeira, Aeroporto, Conceição, Santo Antônio dos Prazeres, Lagoa Salgada, Subaé, Limoeiro, Aviário, CIS e Nova Esperança. Dos bairros situados fora do anel viário, o que expressa índices mais baixos de privação é o bairro Cidade Nova e alguns setores censitários do bairro Parque Ipê.

**Figura 6 - Responsáveis pelo domicílio não alfabetizados**

## DIMENSÃO DA EDUCAÇÃO

No Brasil, segundo dados do censo de 2010 do IBGE, entre a população residente com 10 anos ou mais de idade, 9,0% não eram alfabetizadas, na Bahia esse valor era de 15,3% e em Feira de Santana 8,7%.

Esses dados revelam apenas uma parte da problemática da educação no país, que se manifesta também em percentuais elevados de pessoas sem o ensino fundamental e ensino médio completos. Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o percentual da população com 25 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo era de 50,75% em 2010 no Brasil, 41,75% na Bahia e 54,37% em Feira de Santana. Considerando a mesma faixa etária, essa proporção de pessoas com ensino médio completo cai no Brasil para 35,52%, 29,82% na Bahia e 39,84% em Feira de Santana. Sobre o ensino superior, ainda para a população com 25 anos ou mais de idade, esses valores são de 11,27% no Brasil, 6,40% na Bahia e 7,27% em Feira de Santana.

Entre a população residente em Feira de Santana com 10 anos ou mais de idade, cerca de 22.000 pessoas nunca frequentaram creche ou escola, o que equivale a 4,6% da

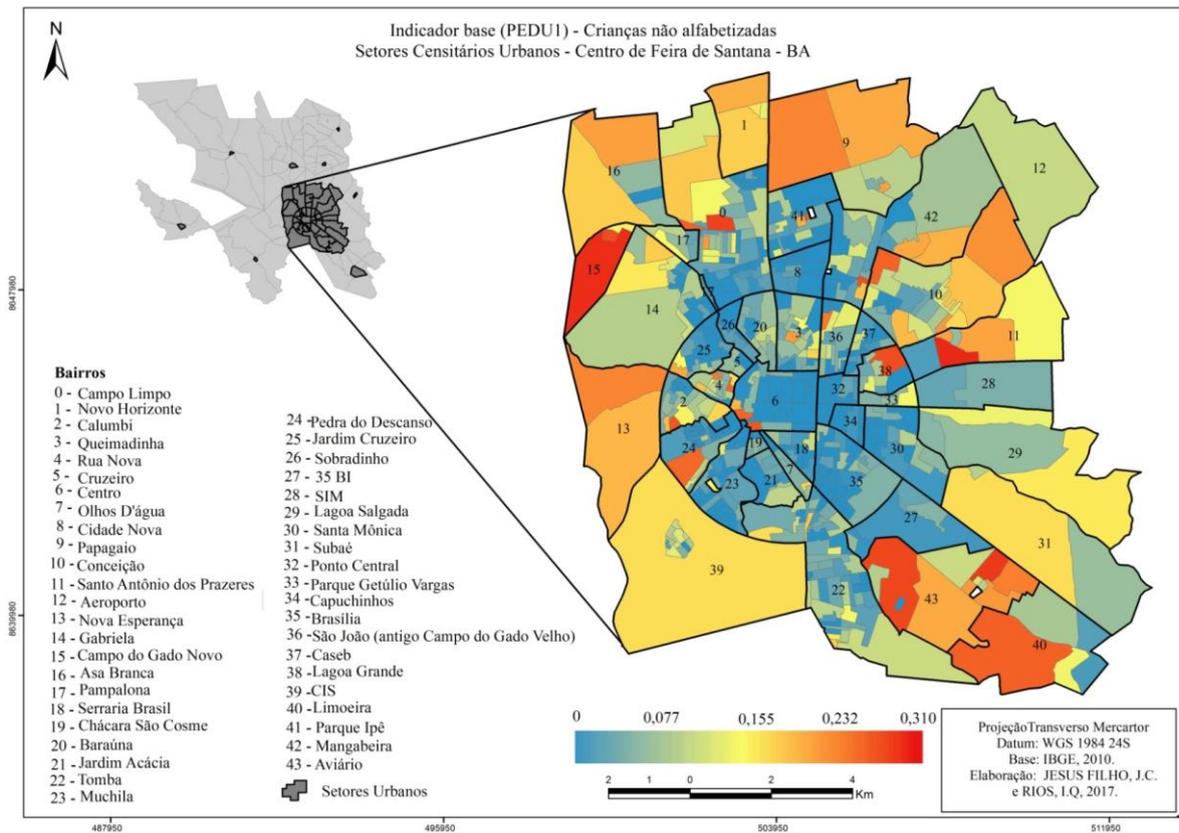
população nessa faixa de idade. De modo geral, diante do quadro do Brasil e Bahia, Feira de Santana apresenta um cenário que se aproxima dos resultados no âmbito nacional, e que são melhores que os resultados do estado da Bahia. Doravante, cabe discutir os resultados dos indicadores base PEDU1 e PEDU2 no município de Feira de Santana, sua distribuição espacial e sua relação com o quadro geral dos outros indicadores base.

### **Indicador base (PEDU1) – Crianças não alfabetizadas**

O indicador que representa a proporção de crianças não alfabetizadas (Figura 7) se diferencia nos resultados em relação aos demais indicadores base discutidos, por apresentar valores muito inferiores aos dos indicadores de saneamento, por exemplo. Além disso, sua distribuição no território do município tem um contraste diferenciado dos demais, expressando de maneira menos intensa a concentração dessa privação na cidade. Os resultados na parte interna do anel de contorno apresentam resultados próximos de 0. O contraste nessa área se espalha em setores dispersos nos bairros Calumbi, Rua Nova, Queimadinha, Lagoa Grande, Pedra do Descanso e Centro, que apresentam os valores mais elevados.

Os setores que se encontram na área externa ao anel de contorno apresentam um contraste um pouco maior, expresso em setores espalhados pelos bairros Nova Esperança, Campo Limpo, Parque Ipê, Mangabeira, Conceição, Santo Antônio dos Prazeres, Aviário, Limoeiro e Nova Esperança.

**Figura 7 - Crianças não alfabetizadas**

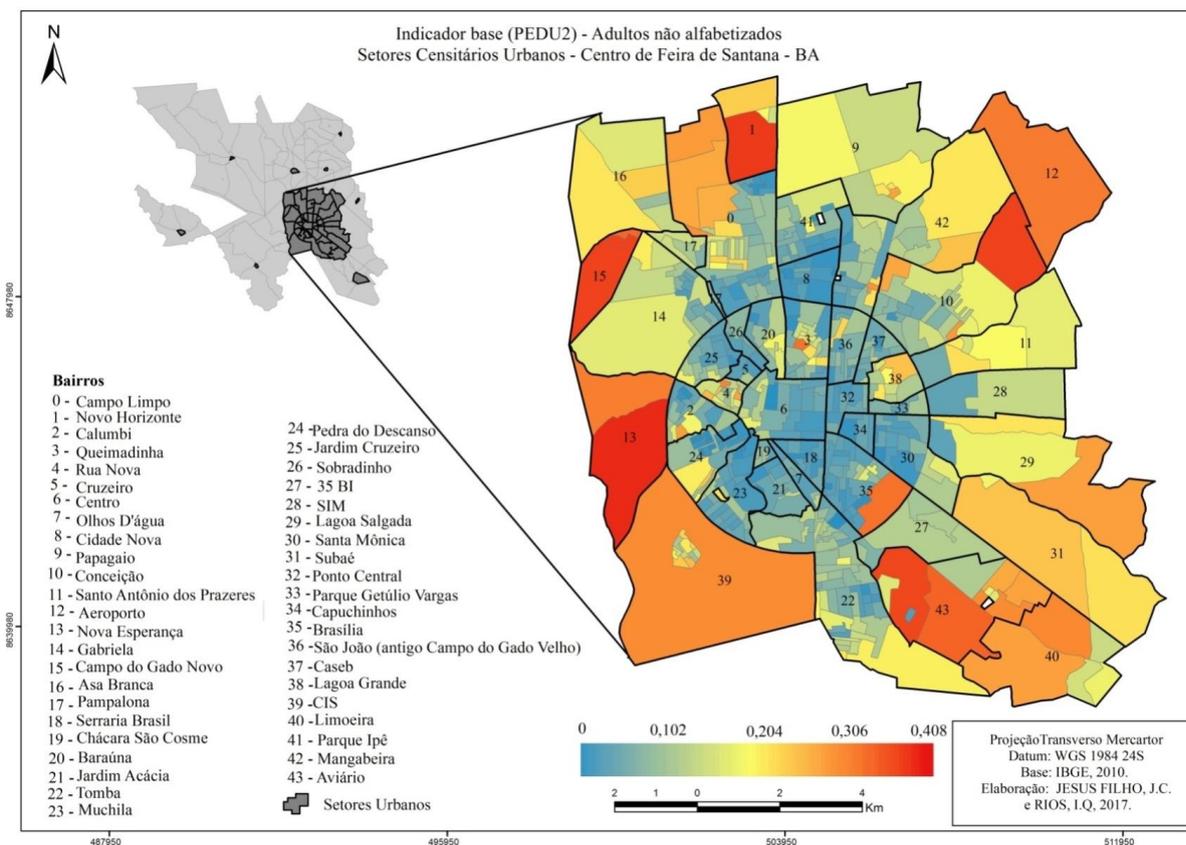


**Indicador base (PEDU2) – Adultos não alfabetizados**

A proporção de adultos não alfabetizados (Figura 8) apresenta resultados mais elevados que os de crianças não alfabetizadas. Apesar disso, seu limite superior está abaixo dos demais indicadores base. Considerando a parte interna do anel de contorno, alguns setores dispersos apresentam resultados mais elevados, pertencentes aos bairros Calumbi, Rua Nova, Queimadinha, Lagoa Grande, Brasília e Pedra do Descanso.

A parte externa apresenta resultados mais elevados, o que demonstra consonância com os demais indicadores base. Os setores dessa área da cidade que apresentam resultados mais elevados pertencem aos bairros Campo do Gado Novo, Campo Limpo, Novo Horizonte, Conceição, Aeroporto, Lagoa Salgada, Aviário, Limoeiro, CIS e Nova Esperança. Também em sintonia com os resultados dos demais indicadores, a área norte da cidade situada na parte externa do anel de contorno é a que tem resultados mais baixos, em especial os setores dos bairros Cidade Nova, Parque Ipê e parte do bairro Campo Limpo.

**Figura 8 - Adultos não alfabetizados**



**INDICADOR DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL (IPM)**

O estudo elaborado por Barbosa (2016) sobre a pobreza multidimensional na Bahia aponta que Feira de Santana é o município com o 5º menor valor do IPM<sup>4</sup> no estado, considerando o conjunto das áreas urbana e rural. Os municípios com menor índice de privação são Madre de Deus, que tem o melhor índice, seguido de Salvador, Lauro de Freitas e Camaçari. Tomando como referência a área urbana, Feira de Santana ocupa a 10ª posição.

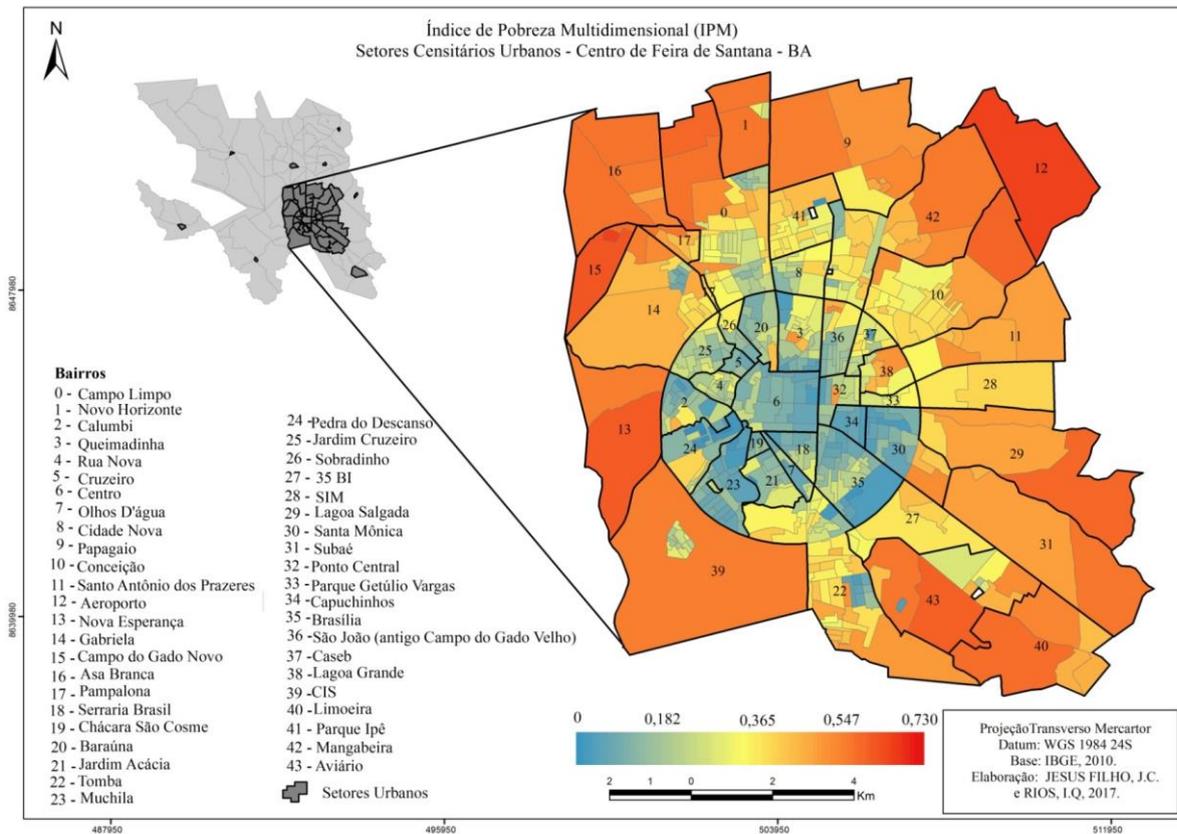
Apesar da posição relativamente confortável no contexto estadual os resultados obtidos com a aplicação do IPM por setores censitários apontam um contraste significativo na distribuição da pobreza na área urbana de Feira de Santana. Como é possível observar na figura 9, os bairros que apresentam maiores privações na parte interna do anel são Calumbi, Baraúna, Queimadinha, São João, Lagoa Grande e Ponto Central. Os referidos bairros, formam pequenas “manchas” de pobreza nessa área.

A parte externa do anel expressa um grau mais elevado de privações, constituindo

<sup>4</sup>O cálculo do IPM utilizado por Barbosa (2016) foi construído a partir da metodologia criada por Alkire e Foster (2007).

um “cinturão de pobreza” que circunda toda a área da cidade. Nesse quadro podem ser mencionados os bairros 35BI, Parque Ipê, Gabriela, Tomba e Campo Limpo.

**Figura 9 – Índice de Pobreza Multidimensional**



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos com a aplicação do IPM em Feira de Santana sinalizam alguns elementos que devem ser destacados como diagnóstico inicial para um aprofundamento da análise sobre a questão da pobreza na cidade. Em linhas gerais, é possível indicar que a cidade passou, e ainda enfrenta, um processo de periferização que se caracteriza pelo afastamento da população pobre das regiões centrais da cidade. Com isso, se abre uma primeira possibilidade de aprofundamento da análise a partir do estudo da ação de grupos ligados ao capital imobiliário em conjunto com o Estado para observar mais de perto como se constituiu esse processo de expansão urbana, tanto no primeiro impulso nas décadas de 1960 e 1970 como nos processo mais recentes de implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, que teve impacto sobre esse processo de crescimento da cidade sem a garantia de serviços fundamentais.

Ainda referente a esse processo de periferização, dois elementos chamam a atenção

nos resultados. O primeiro diz respeito à nítida divisão instituída pelo anel viário que circunda a cidade, se configurando como um "limite territorial" a separar os domicílios e pessoas pela qualidade de vida a que estão submetidas. Caso exemplar disso é o do bairro Santa Mônica, no qual os setores censitários pertencentes a esse bairro localizado na parte interna do anel têm IPM muito inferior aos situados na borda externa. O segundo aspecto é a existência de "manchas" na área interna do anel, em especial nos bairros Queimadinhos, São João, Ponto Central, Caseb e Lagoa Grande. Nesses casos o procedimento ideal é a aplicação de outras metodologias, que incorporem visitas com possível aplicação de entrevistas ou outros instrumentos, visando compreender os elementos históricos de formação desses bairros e, com isso, elementos que justifiquem o contraste observado na aplicação do IPM.

Os resultados podem também ser cruzados com informações que permitem auxiliar no reconhecimento do perfil da população dessas áreas de concentração da pobreza, a exemplo da composição por etnia e gênero, cruzamento com informações sobre violência de diferentes formas, incidência de patologias, problemas de transporte e vários outros que possam enriquecer a análise e a compreensão do fenômeno. Além disso, é possível a aplicação da metodologia para outros anos censitários, o que permite uma análise mais dinâmica acerca dos resultados.

A aplicação dessa metodologia também mostra o papel que indicadores com esse perfil têm no processo de diagnóstico, elaboração e avaliação de políticas públicas, permitindo uma ação mais orientada do Estado na oferta dos serviços e no monitoramento dos resultados. No caso específico de Feira de Santana essa necessidade se apresenta latente, tendo em vista que o município ainda não dispõe de um Plano Diretor de Desenvolvimento, como previsto no Estatuto das Cidades, o que dificulta os processos de participação da população na decisão sobre os rumos de crescimento da cidade. Nesse sentido, a contribuição do presente trabalho é a de aproximar um pouco mais o olhar sobre a questão da pobreza, abrindo espaço para análises cada vez mais aprofundadas sobre esse fenômeno em Feira de Santana.

---

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALKIRE, S., FOSTER, J. Recuento y medición multidimensional de la pobreza. OPHI, 2007 (Revised May 2008). **Working paper n° 7**. Disponível em: <http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp7-es.pdf>. Acesso em: 05 dez 2018.

ALKIRE, S.; SANTOS, E. **Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries**. Oxford: University of Oxford, 2010. Disponível em: . Acesso: 01 nov 2018.

ANDRADE, Elizário, S. **Nova Ofensiva do Capital sobre o Trabalho**. 1ª ed. Salvador, BA: UCSal, 2000.

ARANTES, Pedro Fiori. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. **Novos Estudos – CEBRAP**, no 83, p. 103 - 127. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n83/07.pdf>. Acesso: 13 dez. 2018.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 20 de mar. 2018.

BARBOSA, Camilla Rusciolleli. **Pobreza rural sob a ótica multidimensional e estrutura fundiária: uma análise do estado da Bahia**, Dissertação (Mestrado), UESC, 2016.

BORGES, Luciana Suckow. **Mapa da Pobreza Urbana de São José dos Campos/SP – 2000**. São José dos Campos, Dissertação (Mestrado), UniVap, 2003. Disponível em: <http://biblioteca.univap.br/dados/000000/00000067.pdf>. Acesso em 04 dez 2018

CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de. **São Paulo 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1993.

CRUZ, Rossine C. da. **A integração de Feira de Santana (Ba) nos processos de integração produtiva e desconcentração econômica nacional**. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP, 1999.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Indicadores Analíticos**. Vol. 1. Referencial Urbano. Curitiba. 1993. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/ind\\_analiticos\\_urbano\\_12\\_93\\_v1.pdf](http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/ind_analiticos_urbano_12_93_v1.pdf). Acesso: 12 dez 2018.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. 2. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia. /. - 2009. Disponível em: [http://www0.ufu.br/ie\\_dissertacoes/2009/5.pdf](http://www0.ufu.br/ie_dissertacoes/2009/5.pdf). Acesso: 02 dez 2018.

MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses hegemônicos na margem da periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963–1983)**. Feira de Santana, Dissertação (Mestrado) 2009. Disponível em: <http://www2.uefs.br/pgh/docs/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Disserta%C3%A7%C3%A3oJhonatas.pdf>. Acesso: 10 nov 2018.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. **Indicadores Intra-Urbanos como Instrumento de Gestão da Qualidade de Vida Urbana em Grandes Cidades: uma discussão teórico-metodológica**. In: VITTE, Claudete de Castro Silva. KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo (Org). *Qualidade de Vida, planejamento e gestão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 123-153.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: crítica a razão dualista**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

OLIVEIRA, Francisco. **Salvador: os exilados da opulência (expansão capitalista numa metrópole pobre)**. IN: FARIA, Vilmar. *BAHIA de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes, [São Paulo]: CEBRAP, 1980. p. 9-23

OLIVEIRA, Maria Leny Souza. **Feira de Santana no contexto da urbanização brasileira e a questão da moradia na favela**. Feira de Santana, BA: UEFS, 2014.

OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE -OPHI. **Multidimensional Poverty Index**. s/d. Disponível em: <http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/MPI-One-Page-final.pdf>. Acesso em: 03 dez 2018.

POCHMANN, Marcio; AMORIN, Ricardo. **Atlas da exclusão social no Brasil**, volume 3: os ricos no Brasil. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005

PRATES, Elivania Magalhães. **Pobreza nos territórios de identidade da Bahia: uma análise a partir da abordagem multidimensional**, Dissertação (Mestrado), UESC, 2016.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (USP), 2009. Disponível em: . Acesso: 20 nov 2018.

SINGER, P. **O uso do solo urbano na economia capitalista**. IN: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2. ed São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p. 21-36.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1999. Disponível em: [http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv\\_liberdade.pdf](http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf). Acesso em 30 ago 2015.

SPÍNOLA, Noelio D. **A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia**. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômicoano, ano III, Nº 4, p. 29-48. Salvador 2001. Disponível em: <file:///home/maria/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Disserta%C3%A7%C3%A3o/Dissert%C3%A7%C3%A3o%20em%20andamento/592-1826-1-PB.pdf>. Acesso: 13 fev. 2017.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: FAPESP, 2001.